

Letrário**editora*

A Puérpera Benevolente

Sofia Vieira

Junho 2008



Na sala de audiências, o calor apodera-se dos espíritos tanto como dos corpos. O ar condicionado engasga-se e agoniza num estertor fininho, expelindo uma frescura pífia que rapidamente se dissolve na atmosfera pesada. Um fio de suor escorre pela testa do advogado oficioso e é represado pelos óculos, encavalitados no nariz adunco. O arguido, pequeno e franzino, guarda os seus vinte e sete anos num corpo de não mais de quinze.

Traz uma camisola preta e justa, que se lhe cola às costelas e, na parte descoberta do pescoço, adivinha-se-lhe um fio de uma malha grossa que parece de prata. Desfila as misérias com um ar compungido, como se o simples facto de existir fosse culpa do destino. Ensaia um ar choroso, e os olhos raiados de sangue, pelo álcool e a estroinice, ficam de repente aguados. A rigidez dos maxilares estreitos trai uma determinação que teima em esconder e que substitui por tremuras de bicho assustado, daqueles de meter no bolso e levar para casa.

Diz que já trabalhou num *call center* e que andou num curso de electrónica, mas desistiu. Apesar da barbicha rala, que lhe enfeita a parte superior do queixo, e do *piercing* no sobrolho, que lhe denuncia a extemporânea rebeldia, o ar sumido perdido provoca nos outros o dó de um pássaro caído do ninho. Dá vontade de lhe dispensar os cuidados que se dispensam aos desvalidos. A seu lado, no banco, repousa um saco de plástico do Continente, enxovalhado e roto, por onde espreita uma cara sorridente de bebé, colada a uma embalagem indefinida.

Questionado sobre porque conduzia a motoreta sem a devida licença, acentua o acabrunho, some-se ainda mais no banco e encova o pescoço nos ombros magros e pontiagudos. “Foi a minha pequenita, senhora doutora juíza, a minha pequenita!, enfatiza com ar trágico. Está muito mal da barriga e ficou sem fraldas, tive de sair para comprá-las, senhora doutora juíza, estão mesmo aqui!”. E pega no saco meio desfeito, o bebé sorridente a

espreitar pelo plástico. “Nem cheguei a ir a casa levá-las, prenderam-me e trouxeram-me para aqui!”. Funga ruidosamente e finge conter o choro.

A juíza, nova no tribunal, acabou há pouco a licença de parto, o que a faz sensível às premências da maternidade. Usa uma cinta elástica que lhe aperta a flacidez da barriga e que lhe dificulta a respiração, como se esta fosse algo espesso a ser empurrado para fora de si por um funil de cozinha. À imagem das fraldas e do bebé que espreita, o corpo relembra-a do seu próprio bebé, que deixou em casa aos cuidados da avó, e um formigueiro quente aflora-lhe aos mamilos cheios, que ameaçam sujar-lhe de leite a blusa de seda. Para se distrair, repara nas orelhas do arguido que, estranhamente, têm uma forma redonda e alegre, parecendo um sorriso cosido à mão na cara de um boneco de pano.

O ar condicionado pára de vez com um silvo rouco e o funcionário levanta-se para abrir a janela, que está suja e perra.

Apesar do cadastro, e de useiro e vezeiro na condução ilegal, o arguido nunca foi preso. E, mais uma vez, como que por desígnio dos deuses, sai dali apenas com uma pena de multa leve, levezinha, e nem a motoreta lhe é apreendida: são os efeitos corrosivos do dó que infectou o tribunal.

Dirige-se à motoreta, estacionada à porta do Tribunal, e encaixa as orelhas risonhas num capacete cinzento da tropa. Passa descaradamente por um grupo de polícias que esperam para assinarem a papelada do dia. Atrás dele, segue a juíza, a puérpera benevolente, ansiosa por chegar a casa e aliviar as dores que a moem por dentro, as das mamas e as da saudade.

Dois deles estão à paisana e os seus bíceps, trabalhados no ginásio da academia, irrompem pelas mangas curtas e justas dos pólos de marca. São, no entanto, traídos pela pose: as mãos atrás das costas e as pernas afastadas, em jeito de vigia. Os galões e as insígnias do terceiro permitem concluir que é um graduado, talvez o chefe dos primeiros. E é ele que, à passagem do arguido, exclama em tom de troça, “Lá vai o Zé das Fraldas!”.

Os outros viram-se para trás e olham para baixo, para aquele homem franzino que caminha rápido, com um saco embrulhado na mão, na direcção da motoreta que não pode guiar. Riem-se, sem sequer se preocuparem em o advertir ou deter pelo novo crime que se prepara para cometer: afinal, já é tarde e querem é ir para casa, estiveram ali o dia todo, que seca.

É então que a juíza, que vinha imediatamente atrás, os interpela: “Zé das Fraldas?! Mas... os senhores conhecem o arguido?!”. Os polícias lançam-lhe um sorriso divertido e cruel, como o de um rapaz que prende um insecto dentro de um frasco. “Ah, mas então a shôdoutora não sabe?”. Não, diz ela (mas adivinha). “Aqui o nosso Zé anda sempre com aquele saco, com fraldas lá dentro, para o caso de ser apanhado. Faz sempre o mesmo número, até chora e tudo. É por isso que nunca foi preso, os juízes têm todos pena, como a shôdoutora!”

A juíza, perante a simplicidade genial do esquema, não sabe se há-de rir, enfurecer-se ou sumir-se por um buraco. Entretanto, o arguido arranca, empestando o ar com o fumo que sai do escape quitado, enquanto o graduado se vira para a juíza e, encolhendo os ombros como que para acentuar o óbvio, dispara, num golpe de misericórdia, “Pois se ele nem sequer tem filhos...”

Fim

Letrário**editora*

Az. Torre do Fato, 2 A, 1600-298 Lisboa

http://www.letreiro.pt/1_pt/900/9001.htm

+ 351 21 711 20 20

letreiro@letreiro.pt